



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE C

CHEFIA DO GOVERNO:

Direcção-Geral da Administração Pública:

Extracto de despacho n° 367/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, António Pedro da Costa Delgado, exercendo em comissão de serviço as funções de Director Nacional de Saúde. 418

Extracto de despacho n° 368/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, João Francisca da Cruz, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo. 418

Extracto de despacho n° 369/2015:

Aposentando, Ana Anastácia Rodrigues Pina Spínola, ex-auxiliar administrativo, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 418

Extracto de despacho n° 370/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria Antónia Ramos Figueiredo Rodrigues, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural. 419

Extracto de despacho n° 371/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria de Fátima de Barros Santos, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 419

Extracto de despacho n° 372/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria Isabel Tavares Duarte, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 419

Extracto de despacho n° 373/2015:

Aposentando, Maria de Fátima de Carvalho Varela Soares de Carvalho, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 419

Extracto de despacho n° 374/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria Martins Fernandes, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto. 419

Extracto de despacho nº 375/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Luizete Prudência Soares Duarte, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde..... 419

Extracto de despacho nº 376/2015:

Aposentando, Constantino Silva Lima, ex-condutor auto, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural..... 420

Extracto de despacho nº 377/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Augusto Nascimento Gonçalves, do quadro de pessoal do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima..... 420

Extracto de despacho nº 378/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Alberto Monteiro Barros, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde..... 420

Extracto de despacho nº 379/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, José Manuel Correia e Silva, do quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural..... 420

Extracto de despacho nº 380/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Rui de Jesus Semedo Cabral, do quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural..... 420

Extracto de despacho nº 381/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Inês Andrade Semedo Ramos, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto..... 420

Extracto de despacho nº 382/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Domingos dos Santos Rosa, do quadro da Direcção-Geral de Gestão Prisional e Reinserção Social, do Ministério da Justiça..... 421

Extracto de despacho nº 383/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Francisca Ana Costa, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural..... 421

Extracto de despacho nº 384/2015:

Aposentando, Francisco de Assis Oliveira, ex-terceiro oficial, do quadro de pessoal do ex-Ministério dos Negócios Estrangeiros..... 421

Extracto de despacho nº 385/2015:

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Isabel de Almeida de Sousa Furtado, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça..... 421

Rectificação nº 42/2015:

Rectificando o despacho do Director-Geral da Administração Pública, respeitante à aposentação de João de Andrade, condutor-auto pesado do ex- Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH)..... 421

MINISTÉRIO DA SAÚDE:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho conjunta nº 386/2015:**

Criando o Grupo de Trabalho para o Reforço da Atenção Primária, que tem como missão, melhorar o nível de saúde da população..... 422

Extracto de despacho nº 387/2015:

Autorizando, a regressar ao serviço, José Rui Vaz da Silva, enfermeiro geral, em situação de licença sem vencimento..... 422

Extracto de despacho nº 388/2015:

Autorizando, a regressar ao serviço, Adilma Soares, médica geral, em situação de licença sem vencimento..... 422

Anúncio de concurso nº 15/2015:

Tornando público a lista de classificação final do concurso final para o licenciamento de uma Farmácia em São Lourenço dos Órgãos..... 422

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:***Direcção Nacional da Polícia Nacional:*****Aviso nº 6/2015:**

Avisando o agente José Virgílio Tavares da Cruz, efetivo do CUE, do processo que ocorre os trâmites legais, por falta de assiduidade ao serviço..... 422

Aviso nº 7/2015:

Citando o agente, Manuel Socorro Cardoso Fernandes, a apresentar a sua defesa na decorrência de um processo por abandono de lugar, instaurado contra o mesmo..... 423

Aviso nº 8/2015:

Citando o agente, Euclides Michel Mendes Gonçalves, a apresentar a sua defesa na decorrência de um processo por abandono de lugar, instaurado contra o mesmo..... 423

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO:***Serviço de Gestão de Recursos Humanos:*****Extracto de despacho n.º 389/2015:**

Reenquadrando, Edna de Jesus Paiva Tavares, em exercício de funções na Escola Secundária Manuel Lopes..... 423

Extracto de despacho n.º 390/2015:

Reenquadrando, José Augusto Gomes Furtado, em exercício de funções na Escola Secundária de São Miguel..... 423

Extracto de despacho n.º 391/2015:

Reformulando o contrato a Maria Manuela Barbosa Rodrigues, em exercício de funções na Delegação do MED dos Mosteiros..... 423

Extracto de despacho n.º 392/2015:

Reformulando o contrato a Miguel Autinho Gomes, em exercício de funções na Escola Técnica João Varela..... 423

Extracto de despacho n.º 393/2015:

Reformulando o contrato a Maria Eugénia Alves Veiga, em exercício de funções na Delegação do MED dos Mosteiros..... 423

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 394/2015:**

Requisitando, Maria da Cruz Gomes Soares, para em comissão ordinária de serviço exercer funções de Directora de Serviço de Engenharia Rural e Silvicultura na Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural..... 423

Extracto de despacho n.º 395/2015:

Nomeando, Oumar Barry, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviço de Agricultura na Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural..... 424

Extracto de despacho conjunta n.º 396/2015:

Requisitando, Conceição Sanches Vaz Moreno, para exercer as funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação dos Concelhos da Praia e São Domingos..... 424

Extracto de despacho n.º 397/2015:

Nomeando, José António Fernandes Semedo, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação de Ribeira Grande de Santiago..... 424

Extracto de despacho n.º 398/2015:

Nomeando, João Guilherme Custódio Lopes da Silva, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação da Boa Vista..... 424

Extracto de despacho n.º 399/2015:

Nomeando, Elisângelo do Rosário Moniz Furtado, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação do Fogo..... 424

MINISTÉRIO DA CULTURA:***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho n.º 400/2015:**

Revogando o despacho n.º 593/2014, que nomeia, Humberto Elísio Lima da Cruz para o cargo de Curador do Sítio Histórico do Mindelo..... 424

Extracto de despacho n.º 401/2015:

Nomeando para exercer o cargo de Curadora do Sítio Histórico do Mindelo, Marina Gomes de Sousa Ramos Semedo..... 424

Extracto de despacho n.º 402/2015:

Destacando, Maria do Nascimento Cabral Lopes, afecta a Direcção Nacional de Artes para o Memorial Amílcar Cabral..... 424

Extracto de despacho n.º 403/2015:

Destacando, Lúcia Inês Mendes Soares, afecta a Direcção Nacional de Artes para o Banco de Cultura..... 424

Extracto de despacho n.º 404/2015:

Colocando, Vitalina Freire na disponibilidade da Administração Pública..... 424

PARTE D	<p>TRIBUNAL DE CONTAS:</p> <p><i>Direcção dos Serviços Administrativo e Financeiro:</i></p> <p>Extracto de despacho nº 405/2015:</p> <p>Trasitando os funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas, conforme indicada. 425</p>
PARTE E	<p>AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS:</p> <p><i>Conselho de Administração:</i></p> <p>Deliberação nº 05/2015:</p> <p>Nomeando, Carlos Alberto Wahnon de Carvalho Veiga, para, exercer as funções de membro da Comissão de Resolução de Conflitos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas. 425</p>
PARTE G	<p>MUNICÍPIO DO PORTO NOVO:</p> <p><i>Câmara Municipal:</i></p> <p>Extracto de deliberação nº 15/2015:</p> <p>Nomeado, Elisa Joana da Luz Barbosa, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de secretária municipal da Câmara Municipal do Porto Novo. 426</p>

PARTE C

CHEFIA DO GOVERNO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral da Administração Pública

Extracto do despacho nº 367/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 4 de Fevereiro de 2014:

António Pedro da Costa Delgado, médico principal, escalão IV, índice 175 do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, exercendo em comissão de serviço as funções de Director Nacional de Saúde - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 1.832.244\$00 (um milhão oitocentos e trinta e dois mil duzentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 21 de Outubro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 1 anos, 1 mês e 25 dias.

O montante em dívida no valor de 18.702\$00 (dezoito mil setecentos e dois escudos), poderá ser amortizado em 10 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.872\$00 e as restantes de 1.870\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 25 de Fevereiro 2015).

Extracto do despacho nº 368/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 30 de Dezembro de 201:

João Francisca da Cruz, apoio operacional, nível III, do quadro do pessoal da Câmara Municipal do Porto Novo – desligado de serviço para

efeitos de aposentação antecipada, nos termos do n.º 2 do artigo 2º, da Lei n.º 1/2014, de 8 de Janeiro, com direito à pensão provisória anual de 379.932\$00 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e trinta e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do Estatuto de Aposentação e Pensão de Sobrevivência, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 26 de Outubro de 2010, do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de descontos para compensação de aposentação, referente ao período de 17 anos, 1 mês e 21 dias de serviço prestado ao Estado.

O montante em dívida no valor de 201.586\$00 (duzentos e um mil, quinhentos e oitenta e seis escudos), deverá ser amortizado em 400 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 490\$00 e as restantes no valor de 504\$00.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado	199.284\$00
Orçamento Municipal	180.648\$00

A despesa tem cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.07.01.01.01 do orçamento da Câmara Municipal do Porto Novo.

Extracto do despacho nº 369/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex^a o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 13 de Fevereiro 2015:

Ana Anastácia Rodrigues Pina Spínola, ex-auxiliar administrativo do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - aposentada, nos termos do artigo 5º, nº 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei nº 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, conjugado com artigo 1º do Decreto-Lei nº 28/2011 de 22 de Agosto, correspondente a 12 anos, 5 meses e 5 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 15 de Junho de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 3 meses e 25 dias.

O montante em dívida no valor de 197.640\$00 (cento e noventa e sete mil seiscientos e quarenta escudos), poderá ser amortizado em 330 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 240\$00 e as restantes de 600\$00.

Extracto do despacho n.º 370/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Maria Antónia Ramos Figueiredo Rodrigues, apoio operacional nível I do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 222.780\$00 (duzentos e vinte e dois mil setecentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 23 de Abril de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 34 anos e 9 dias.

O montante em dívida no valor de 454.805\$00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e cinco escudos), poderá ser amortizado em 409 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.109\$00 e as restantes de 1.112\$00.

Extracto do despacho n.º 371/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Maria de Fátima de Barros Santos, professora primária referência 3, escalão B, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 381.240\$00 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 Novembro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 22 anos e 1 mês e 26 dias.

O montante em dívida no valor de 478.050\$00 (quatrocentos e setenta e oito mil e cinquenta escudos), poderá ser amortizado em 266 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.580\$00 e as restantes de 1.798\$00.

Extracto do despacho n.º 372/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Maria Isabel Tavares Duarte, apoio operacional nível I/1, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desportos - desligada de serviço para efeitos de aposentação antecipada, ao abrigo da Lei n.º 61/

III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 2.º n.º 2, alínea a), do Decreto-Lei n.º 1/2014, de 8 de Janeiro, com direito à pensão anual de 240.696\$00 (duzentos e quarenta seiscientos e noventa e seis mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto do despacho n.º 373/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Maria de Fátima de Carvalho Varela Soares de Carvalho, monitora especial, referência 5, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - aposentada, nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 655.404\$00 (seiscentos e cinquenta e cinco mil quatrocentos e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 25 de Junho de 2007 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, meses e 5 dias.

O montante em dívida no valor de 135.435\$00 (cento e trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e cinco escudos), poderá ser amortizado em 100 prestação mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.354\$00 e as restantes de 1.290\$00.

É revisto o despacho da Directora-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, publicado no *Boletim Oficial* II Série n.º 17 de 21 de Março de 2014.

Extracto do despacho n.º 374/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Maria Martins Fernandes, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação e Desporto - desligada de serviço para efeitos de aposentação nos termos do n.º 2 do artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 1/2014, de 8 de Janeiro, com direito à pensão anual de 190.140\$00 (cento e noventa mil cento e quarenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Agosto de 2014 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 26 anos, 9 meses e 20 dias.

O montante em dívida no valor de 290.413\$00 (duzentos e noventa mil quatrocentos e treze escudos), poderá ser amortizado em 306 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 358\$00 e as restantes de 951\$00.

Extracto do despacho n.º 375/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Luizete Prudência Soares Duarte, enfermeira graduada, escalão II, índice 140, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde - desligada

de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 23 de Julho de 2014 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 24 Julho de 2014, com direito à pensão anual de 764.112\$00 (setecentos e sessenta e quatro mil cento e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Extracto do despacho n.º 376/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Constantino Silva Lima, ex-condutor auto, referência 4, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea *a*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 12 de Junho de 2014 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 20 Junho de 2014, com direito à pensão anual de 221.916\$00 (duzentos e vinte e um mil novecentos e dezasseis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 25 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 30 de Outubro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 25 anos, 9 meses e 15 dias.

O montante em dívida no valor de 492.569\$00 (quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e sessenta e nove escudos), poderá ser amortizado em 310 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 641\$00 e as restantes de 1.592\$00.

Extracto do despacho n.º 377/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Augusto Nascimento Gonçalves, chefe de trabalho, referência 8, escalão E, do quadro de pessoal do Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima - desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea *b*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 453.912\$00 (quatrocentos e cinquenta e três mil novecentos e doze escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 de Agosto de 1992 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 27 anos e 6 dias.

O montante em dívida no valor de 177.228\$00 (cento e setenta e sete mil duzentos e vinte e oito escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 656\$00 e as restantes de 656\$00.

Extracto do despacho n.º 378/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 20 de Fevereiro 2015:

Alberto Monteiro Barros, ex-agente sanitário do quadro de pessoal do Ministério da Saúde - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alí-

nea *b*) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 72.000\$00 (setenta e dois mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 10 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 8 de Outubro de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 7 anos, 11 meses e 29 dias.

O montante em dívida no valor de 80.526\$00 (oitenta mil quinhentos e vinte e seis escudos), poderá ser amortizado em 135 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 126\$00 e as restantes de 600\$00.

Extracto do despacho n.º 379/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Fevereiro 2015:

José Manuel Correia e Silva, apoio operacional nível V, do quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligado de serviço para efeitos de aposentação antecipada, ao abrigo da lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo n.º 2.º, n.º 2, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 1/2014, de 8 de Janeiro, com direito à pensão anual de 499.800\$00 (quatrocentos e noventa e nove mil e oitocentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 29 de Outubro de 2014 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 14 anos, 10 meses.

O montante da dívida no valor de 288.574\$00 (duzentos e oitenta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro escudos), poderá ser amortizado em 116 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.189\$00 e as restantes de 2.499\$00.

Extracto do despacho n.º 380/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 23 de Fevereiro 2015:

Rui de Jesus Semedo Cabral, assistente técnico VI, do quadro do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligado de serviço para efeitos de aposentação Antecipada, ao abrigo da lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo n.º 2.º, n.º 2, alínea *a*), do Decreto-lei n.º 1/2014, de 8 de Janeiro, com direito à pensão anual de 687.216\$00 (Seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e dezasseis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 10 de Outubro de 2014 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 12 anos, 2 meses.

O montante da dívida no valor de 210.127\$00 (duzentos e dez mil, cento e vinte e sete escudos), poderá ser amortizado em 62 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.398\$00 e as restantes de 3.389\$00.

Extracto do despacho n.º 381/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Fevereiro 2015:

Inês Andrade Semedo Ramos, professora do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da

Educação e Desporto - desligada de serviço para efeitos de aposentação nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão anual de 843.588\$00 (oitocentos e quarenta e três mil quinhentos e oitenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 9 de Julho de 2012 do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 16 anos, 11 meses e 1 dias.

O montante em dívida no valor de 355.167\$00 (trezentos e cinquenta e cinco mil cento e sessenta e sete escudos), poderá ser amortizado em 270 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.338\$00 e as restantes de 1.241\$00.

Extracto do despacho n.º 382/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Fevereiro 2015:

Domingos dos Santos Rosa, chefe do corpo dos agentes prisionais, referência 5, escalão C, do quadro da Direcção-Geral de Gestão Prisional e Reinserção Social, do Ministério da Justiça – desligado de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea b) do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 11/2011, de 31 de Janeiro, do estatuto dos agentes prisionais, conjugado na parte que interessa com Estatuto de Aposentação e da Pensão de Aposentação, com direito a pensão provisória anual de 890.808\$00 (oitocentos e noventa mil, oitocentos e oito escudos), calculada de conformidade com o artigo 37.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Aposentação, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho do Director Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, de 15 de Abril de 2014, foi deferido o pagamento das quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 9 anos, 5 meses e 11 dias

O montante em dívida no valor de 169.513\$00 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e treze escudos) deverá ser amortizado em 48 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor 1.347\$00 e as restantes no valor de 3.578\$00.

Extracto do despacho n.º 383/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Fevereiro 2015:

Francisca Ana Costa, apoio operacional nível II do quadro de pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 278.496\$00 (duzentos e setenta e oito mil quatrocentos e noventa e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 6 de Maio de 2014 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 34 anos, 1 mês e 2 dias.

O montante em dívida no valor de 565.821\$00 (quinhentos e sessenta e cinco mil oitocentos e vinte e um escudos), poderá ser amortizado em 382 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.179\$00 e as restantes de 1.482\$00.

Extracto do despacho n.º 384/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 27 de Fevereiro 2015:

Francisco de Assis Oliveira, ex-terceiro oficial do quadro de pessoal do ex-Ministério dos Negócios Estrangeiros - aposentado, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 87.192\$00 (oitenta e sete mil cento e noventa e dois escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 20 anos e 5 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visados pelo Tribunal de Contas, em 24 de Março 2015).

Extracto do despacho n.º 385/2015 – Do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública:

De 2 de Março 2015:

Isabel de Almeida de Sousa Furtado, escritora de direito, referência 4, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Justiça - desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea a) do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, por ter sido declarado definitivamente incapacitado para exercício da sua actividade profissional, de acordo com a opinião da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Dezembro 2014 e homologado por despacho do Ministro da Saúde de 26 de Dezembro de 2014, com direito à pensão anual de 1.382.004\$00 (um milhão trezentos e oitenta e dois mil e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 29 anos e 1 mês de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 8 de Maio de 2012 do Director da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 5 anos, 3 meses e 28 dias.

O montante em dívida no valor de 91.988\$00 (noventa e um mil novecentos e oitenta e oito escudos), poderá ser amortizado em 48 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.936\$00 e as restantes de 1.916\$00.

(Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março 2015).

As despesas têm cabimento no Capítulo 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Rectificação n.º 42/2015

Por ter sido publicado de forma inexacta na II Série do *Boletim Oficial* n.º 12/2015, de 11 de Março, o despacho do Director-Geral da Administração Pública, por subdelegação de competência de S. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública, respeitante à aposentação de João de Andrade, condutor-auto pesado do ex. Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (INGRH), de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...27 anos e 11 meses de serviço prestado ao Estado...

Deve ler-se

...28 Anos de serviço prestado ao Estado...

Direcção de Serviço da Segurança Social, na Praia, aos 26 de Março de 2015. – A Directora de Serviço, *Cláudia Vieira*

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto do despacho conjunta n.º 386/2015 – De S. Ex.^a a Ministra Adjunta e da Saúde e S. Ex.^a a Ministra das Finanças e Planeamento:

De 10 de Março de 2015:

O Programa do Governo para legislatura 2011 – 2016, o terceiro Documento Estratégico de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP III 2012-2016) e as Orientações Estratégicas contidas no PNDS (2012-2016) consagram o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como principal pilar do sistema público de saúde, com a missão de concretizar uma política centrada no cidadão e orientada para mais e melhor saúde.

Ainda no âmbito do PNDS, o Governo compromete-se a prosseguir com a reforma respondendo às novas necessidades e as expectativas dos cabo-verdianos, procurando atingir bons resultados de forma mais eficiente e equitativa.

Este projecto tem como objectivo efectivar o dialogo político, através de uma abordagem integrada entre os sectores da Saúde e das Finanças e Planeamento, numa verdadeira colaboração institucional envolvendo todos, na reestruturação das unidades prestadoras de cuidados de saúde primários, através de apoio técnico e metodológico na implementação do projeto, orientação na definição e actualização dos indicadores, tendo em vista o alinhamento de estratégia para o seguimento e avaliação (articulação entre o planeamento, o orçamento e o programa).

Foi assim que participaram do Programa de Liderança Ministerial em Saúde (MLIH) de Harvard, realizado em Pretória – África do Sul, uma equipa interministerial composta por 6 elementos, sendo 3 do Ministério da Saúde e 3 do Ministério das Finanças e do Planeamento, durante o qual elaboraram um plano de intervenção para os cuidados primários de saúde, cujo principal objetivo é promover a adoção de um novo paradigma de gestão para os cuidados primários, com foco na família e na comunidade, trazendo maior equidade, eficiência e sustentabilidade para o sistema.

Assim, visando dar sequência ao trabalho já desenvolvido e dar sustentabilidade ao processo de implementação do Plano de intervenção referido no ponto anterior, as Ministras da Saúde, das Finanças e do Planeamento proferem o seguinte despacho:

1. É adoptado o plano de trabalhos em anexo, que passa a ser parte integrante do presente despacho;

2. O plano de trabalho constituirá a base suporte para a implementação do novo Modelo de Gestão para os cuidados de saúde primários, em conformidade com as orientações estratégicas do Programam do Governo, DECRP III e PNDS (2012-2016);

3. É criado o Grupo de Trabalho para o Reforço da Atenção Primária, que tem como missão: melhorar o nível de saúde da população, através da prestação de cuidados de saúde primários mais ajustados às necessidades das famílias, garantir maior acessibilidade e continuidade de cuidados, e sustentabilidade económico-financeira.

O grupo é constituído pelos seguintes elementos:

- Dr. Tomas Valdez – Ministério da Saúde, que coordena;
- Dra. Serafina Alves – Ministério da Saúde;
- Dra. Ricardina Andrade – Ministério da Saúde;
- Dr. Edmir Ferreira – Ministério das Finanças;
- Dra. Antonia Ortet – Ministério das Finanças;
- Dra. Maria das Dores Santos- Ministério das Finanças.

4. O grupo tem um mandato de 24 meses, renovável, caso for necessário.

5. Uma vez cumpridos os objetivos que nortearam a sua criação, o grupo será extinto por despacho conjunto dos Membros do Governo responsáveis pela Saúde e pelas Finanças.

O presente despacho tem efeitos retroativos a 1 de Fevereiro de 2015.

Extracto do despacho n.º 387/2015 – De S. Ex.^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 10 de Novembro de 2014:

José Rui Vaz da Silva, enfermeiro geral, escalão V, índice 100, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento longa duração, autorizado a regressar ao serviço, ao abrigo do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março.

Extracto do despacho n.º 388/2015 – De S. Ex.^a a Ministra Adjunta e da Saúde:

De 4 de Fevereiro de 2015:

Adilma Soares, médica geral, escalão III, índice 110, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, em situação de licença sem vencimento longa duração, autorizada a regressar ao serviço, ao abrigo do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica – 02.01.01.03.05 – Reingresso – Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão – Ministério da Saúde – (Visados pelo Tribunal de Contas em 20 de Março de 2015).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 27 de Março de 2015. – A Directora-Geral, *Serafina Alves*.

Anúncio de concurso n.º 15/2015

Lista de classificação final do concurso final para o licenciamento de uma Farmácia em São Lourenço dos Órgãos, Homologada em 18/03/2015, por S. Ex.^a a Ministra-Adjunta e da Saúde.

Candidatura n.º	Concorrente	Pontuação	Classificação
4	Eleida Marlene Évora Sousa	11	Primeiro Classificado
3	Jessica de Jesus Galvão Fernandes	4,75	Segundo Classificado
1	Sofia Xavier Monteiro	2	Terceiro Classificado
2	Sara Celestina Garcia Pereira	–	Excluído

A Directora-Geral, *Serafina Alves*

o

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

Aviso n.º 6/2015

Dando seguimento ao processo que ocorre os trâmites legais, por falta de assiduidade ao serviço, do agente de 2.ª classe, José Virgílio Tavares da Cruz, efetivo do CUE, segundo informações recolhidas, o mesmo se encontra ausente em parte incerta.

Vimos através desta, de acordo com regulamento disciplinar do pessoal policial da Polícia Nacional, no artigo 95.º, n.º 4, tendo o mesmo 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da publicação, para apresentar a sua defesa por escrito.

Comando das Unidades Especiais, aos 24 de Março de 2015. – O Instrutor do processo, *José Corsino Mendes Semedo*.

Aviso n.º 7/2015

Nos termos do n.º 5 do artigo 83.º, conjugado com o n.º 4 do artigo 95.º, ambos do Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 9/2010, de 28 de Setembro, é citado o agente de 1.ª classe da Polícia Nacional, Manuel Socorro Cardoso Fernandes, ausente em parte incerta dos EUA, a apresentar a sua defesa no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, na decorrência de um processo por abandono de lugar, instaurado contra o mesmo que ocorre os seus trâmites legais neste supracitado Comando.

Comando das Unidades Especiais, na Praia, aos 24 de Março de 2015. – O Instrutor do processo, *Georgino Heleodoro Lima*.

Aviso n.º 8/2015

Nos termos do n.º 5 do artigo 83.º, conjugado com o n.º 4 do artigo 95.º, ambos do Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 9/2010, de 28 de Setembro, é citado o agente de 1.ª classe da Polícia Nacional, Euclides Michel Mendes Gonçalves, ausente em parte incerta no estrangeiro, a apresentar a sua defesa no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Boletim Oficial*, na decorrência de um processo por abandono de lugar, instaurado contra o mesmo que ocorre os seus trâmites legais neste supracitado Comando.

Espargos, aos 26 de Março de 2015. – O Instrutor do processo, *Gilson Carlos Pereira Tavares*.

—o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Extracto do despacho n.º 389/2015 – De S. Ex.ª o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada):

De 25 de Novembro de 2011:

Edna de Jesus Paiva Tavares, professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária Manuel Lopes, reenquadrada na categoria de professor do ensino secundário de primeira, referência 9, escalão A, na sequência da conclusão do curso de licenciatura em biologia – ramo educacional, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 III dos artigos 39.º e 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho n.º 390/2015 – De S. Ex.ª o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada):

De 13 de Novembro de 2013:

José Augusto Gomes Furtado, professor de ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Escola Secundária de São Miguel, reenquadrado na categoria de professor do ensino secundário, referência 8, escalão A, na sequência da conclusão do curso de economia e gestão, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 III dos artigos 39.º e 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho n.º 391/2015 – De S. Ex.ª o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada):

De 16 de Dezembro de 2013:

Maria Manuela Barbosa Rodrigues, professora de posto escolar, referência 1, escalão A, em exercício de funções na Delegação do MED dos Mosteiros, reformulado o contrato na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na sequência da conclusão do curso de formação de professores do ensino básico, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 II dos artigos 39.º e 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho n.º 392/2015 – De S. Ex.ª o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada):

De 23 de Dezembro de 2013:

Miguel Autinho Gomes, professor de ensino secundário adjunto, referência 7, escalão A, em exercício de funções na Escola Técnica João Varela, reformulado o contrato na categoria de professora do ensino secundário, referência 8, escalão A, na sequência da conclusão de formação pedagógica de formadores, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 III dos artigos 39.º e 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Extracto do despacho n.º 393/2015 – De S. Ex.ª o Director-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão (no uso de competência delegada):

De 18 de Janeiro de 2014:

Maria Eugénia Alves Veiga, monitora especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções na Delegação do MED dos Mosteiros, reformulado o contrato na categoria de professor do ensino básico de primeira, referência 7, escalão A, na sequência da conclusão do curso de formação de professores do ensino básico, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 II dos artigos 39.º e 41.º, todos do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, conjugado com o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

Serviço de Gestão de Recursos Humanos, na Praia, aos 30 de Março de 2015. – O Director, *Atanásio Tavares Monteiro*.

—o—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunta n.º 394/2015 – De S. Ex.ª o Ministro do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território e S. Ex.ª a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 12 de Dezembro de 2014:

Maria da Cruz Gomes Soares, técnica sénior nível I, quadro definitivo da Direcção-Geral do Ambiente do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, requisitada nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para em comissão ordinária de serviço exercer funções de Directora de Serviço de Engenharia Rural e Silvicultura na Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Extracto de despacho n.º 395/2015 – De S. Ex.^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 12 de Dezembro de 2014:

Oumar Barry, técnico sénior nível III, quadro definitivo da Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nomeado, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Director de Serviço de Agricultura na Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Extracto de despacho conjunta n.º 396/2015 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto e S. Ex.^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Janeiro de 2015:

Conceição Sanches Vaz Moreno, licenciada em geografia, quadro do Ministério da Educação e Desporto, requisitada, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, conjugado com artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 10 de Março e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para exercer as funções de Delegada do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação dos Concelhos da Praia e São Domingos.

Extracto de despacho n.º 397/2015 – De S. Ex.^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Janeiro de 2015:

José António Fernandes Semedo, técnico nível I, quadro da Direcção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nomeado, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 10 de Março, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação de Ribeira Grande de Santiago.

Extracto de despacho n.º 398/2015 – De S. Ex.^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Janeiro de 2015:

João Guilherme Custódio Lopes da Silva, licenciado em medicina veterinária, nomeado, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 10 de Março, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação da Boa Vista.

Extracto de despacho n.º 399/2015 – De S. Ex.^a a Ministra do Desenvolvimento Rural:

De 5 de Janeiro de 2015:

Elisangelo do Rosário Moniz Furtado, licenciado em engenharia ambiental, nomeado, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 10 de Março, conjugado com o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, para exercer as funções de Delegado do Ministério do Desenvolvimento Rural na Delegação do Fogo.

As despesas têm cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – pessoal do quadro do M.D.R no ano de 2015. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 25 de Março de 2015).

Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimonial do Ministério do Desenvolvimento Rural, na Praia, aos 27 de Março de 2015. – A Directora, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho n.º 400/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Cultura:

De 19 de Março 2015:

É revogado o despacho n.º 593/2014, de 3 de Junho, que nomeia Humberto Elísio Lima da Cruz, para o cargo de Curador do Sítio Histórico do Mindelo, com efeitos imediatos.

Extracto de despacho n.º 401/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Cultura:

De 19 de Março 2015:

Nos termos artigo do Decreto-Lei n.º 14/2013, de 1 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 22/2014, de 18 de Março, combinados com n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/2013, de 18 de Março, que cria Curadoria para Sítio Histórico do Mindelo, Património Mundial, nomeia para exercer o cargo de Curadora do sítio histórico do Mindelo, Marina Gomes de Sousa Ramos Semedo.

A referida nomeação enquadra-se no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de Julho, por ser compatível, de manifesto interesse público e não remunerado.

Extracto de despacho n.º 402/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Cultura:

De 19 de Março 2015:

Ao abrigo do disposto no artigo 264.º, n.º 3 da Constituição da República de Cabo Verde, conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Junho, decreta-se o destacamento da funcionária Maria do Nascimento Cabral Lopes afecta a Direcção Nacional de Artes para o Memorial Amílcar Cabral, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2015.

Extracto de despacho n.º 403/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Cultura:

De 19 de Março 2015:

Ao abrigo do disposto no artigo 264.º, n.º 3 da Constituição da República de Cabo Verde, conjugado com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Junho, decreta-se o destacamento da funcionária, Lúcia Inês Mendes Soares afecta a Direcção Nacional de Artes para o Banco de Cultura, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2015.

Extracto de despacho n.º 404/2015 – De S. Ex.^a o Ministro da Cultura:

De 19 de Março 2015:

Ao abrigo do disposto no artigo 264.º, n.º 3 da Constituição da República de Cabo Verde, conjugado com o artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Junho, é colocada a funcionário, Vitalina Freire, na disponibilidade da Administração Pública com efeitos a partir de 1 de Abril de 2015.

Direcção-Geral Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Cultura, na Praia, aos 31 de Março 2015. – A Directora de Serviços Recursos Humanos Financeiros e Patrimonial, *Maria Isabel Silves Ferreira Varela*

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção dos Serviços Administrativo
e FinanceiroExtracto de despacho nº 405/2015 – De S. Ex^a o Presidente
do Tribunal de Contas:

De 30 de Março de 2015:

Nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de Fevereiro
transitam os seguintes funcionários do quadro de pessoal do Tribunal
de Contas, com efeitos a partir de 27 de Fevereiro de 2015:

Nome	Situação Actual			Novo PCCS	
	Cargo/Categoria	Ref	Esc	Cargo	Nível
Alice Lima Fonseca	Auditor Principal	15	C	Auditor Sénior	II
Ana Mafalda L. Correia Amado	Auditor	13	D	Auditor	III
Ana Maria do Rosário Tavares	Auditor	13	B	Auditor	I
Ana Maria Sá Nogueira Furtado	Auditor	14	A	Auditor	II
António Andrade Gonçalves	Auditor	13	B	Auditor	I
Bartolomeu Soares Gomes de Oliveira	Auditor	13	C	Auditor	II
Carla Maria Borges Bettencourt	Auditor Geral	15	D	Auditor Sénior	III
David Carlos Monteiro Rocha	Auditor Principal	14	D	Auditor Sénior	I
Dulcelina Correia Silva	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
Elizabete Maria do Rosário Almeida	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
Filomeno Tavares Soares de Carvalho	Auditor	13	B	Auditor	I
Henrique Tavares Correia e Silva	Auditor Geral	15	D	Auditor Sénior	III
Horácio Dias Fernandes	Auditor Geral	15	E	Auditor Sénior	III
Ilda Rocha Barbosa	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
João da Cruz Borges Silva	Auditor Principal	14	C	Auditor Sénior	I
José Pedro dos Reis Agues	Auditor Principal	14	F	Auditor Sénior	II
Joselina do Carmo P. A. S. de C. Pires	Auditor	14	A	Auditor	II
Luciano da Cruz Fortes	Auditor	14	C	Auditor Sénior	I
Luís Felipe Pereira Almeida	Auditor	13	B	Auditor	I

Maria Jesus de Fátima Gomes Andrade	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
Maria José Gomes Rodrigues	Auditor	13	A	Auditor	I
Maria Manuela Costa B. Pereira	Auditor	13	A	Auditor	I
Maria Elisângela Correia Ramos de Pina	Auditor	13	A	Auditor	I
Maria Natália Bentub	Auditor	13	A	Auditor	I
Mário Amaro Tavares	Auditor Principal	14	A	Auditor	II
Marta Moreira Lopes Neves	Auditor Geral	15	D	Auditor Sénior	III
Miguel Horta da Silva	Auditor	13	A	Auditor	I
Natalina Spencer Lima	Auditor Principal	14	F	Auditor Sénior	II
Rosa Iolanda Carvalho Silva Fortes	Auditor Geral	15	C	Auditor Sénior	II
Sandrine Isabel G. Marques dos Santos	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
Sheila Suzanne Fonseca Costa	Auditor Principal	14	A	Auditor	II
Sónia Helena Monteiro Correia	Auditor Principal	14	B	Auditor	III
Suzana Maria Moura Santos Ramos	Auditor Geral	15	C	Auditor Sénior	II
Ulisses Emanuel T. Almeida Cardoso	Auditor	13	C	Auditor	III
Victor Manuel Varela Monteiro	Auditor Geral	15	E	Auditor Sénior	III
Suely Christinne Fonseca Leite	Auditor	13	A	Auditor	I
Raul Jorge Rosa Gomes	Auditor	13	A	Auditor	I
Filomeno Anes Tavares	Auditor	13	A	Auditor	I
Luis António Ortet da Veiga	Auditor	13	A	Auditor	I
Catarina Gonçalves Teixeira	Apoio Operacional-AOV/3)			Oficial Diligências	III
Ligia Lopes Fortes	Técnico Nível I			Escrivão de Direito	II
Angelo José Frederico Semedo	Oficial de Diligência			Oficial Diligências	III

As despesas têm cabimento na dotação inscrita na rubrica - 02.01.01.02 - pessoal do quadro do orçamento em execução do Tribunal de Contas. – (Não carece de visto do Tribunal de Contas, de posse e demais formalidades nos termos do n.º 1 do artigo 80º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro).

Direcção dos Serviços Administrativos e Financeiros do Tribunal de Contas, na Praia, aos 30 de Março de 2015. – A Directora, *Rosa Iolanda C. S. Fortes*.

PARTE E

AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS

Conselho de Administração

Deliberação nº 05/2015

de 18 de Março

Considerando o disposto na alínea *d*) do artigo 11º do Decreto-Lei nº 15/2008, de 8 de Maio, que aprova os estatutos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, ARAP;

Tendo ainda em conta o previsto no artigo 31º do supracitado Decreto-Lei que determina a composição e funções da Comissão de Resolução de Conflitos da ARAP;

De acordo com o disposto no artigo 33º do Decreto-Legislativo nº 2/95, de 20 de Junho, bem como no nº 1 do artigo 71º da Lei nº 14/VII/2012, de 11 de Julho, que define o regime jurídico das agências reguladoras;

Em consideração ao disposto no nº 3 do artigo 10º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho, que define as bases em que assenta o regime da Função Pública, estabelecendo aos seus princípios gerais;

É nomeado, Carlos Alberto Wahnnon de Carvalho Veiga, advogado, formado em Direito, na qualidade de representante do sector privado, exercer as funções de membro da Comissão de Resolução de Conflitos da Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas.

As atribuições, o mandato, a remuneração, e demais normas são definidas no Estatuto da Comissão de Resolução de Conflitos.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, na Praia, aos 18 de Março de 2015. – O Conselho de Administração, *Carla Soares de Sousa* -Presidente, *João Ilídio Tavares* - Administrador

MUNICÍPIO DO PORTO NOVO

Câmara Municipal

Extrato de deliberação nº 15/2015 – Da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 11 de Outubro de 2013:

Elisa Joana da Luz Barbosa, técnico nível I nomeado nos termos da alínea *a*) do nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de Março, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Secretária Municipal da Câmara Municipal do Porto Novo, com efeito a partir do dia 17 de Novembro de 2013.

Os encargos estão suportados pela dotação inscrita no Código 02.01.01.01.02 - DPOG, do Orçamento Municipal Vigente. – (Visado pelo Tribunal de contas em 26 de Novembro de 2013).

Câmara Municipal do Porto Novo, aos 1 de Dezembro de 2013. – A Direcção de Administração e Recursos Humanos, *Maisa Marlene Santos Pinto*.



II SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:

Extracto de publicação de associação n° 158/2015:

Certifica uma associação sem fins lucrativos denominada "ASSOCIAÇÃO CENTRO DE KARATÉ DA PRAIA – CKP"..... 116

Extracto de publicação de associação n° 159/2015:

Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL EUROPEIA EM CABO VERDE", abreviadamente "AEECV"..... 116

Extracto de publicação de sociedade n° 160/2015:

Certifica um averbamento de alteração dos artigos 1º, 3º e 4º do pacto social, referente à sociedade comercial denominada, "JBO – Consultoria, Sociedade Unipessoal, Lda". 117

Extracto de publicação de associação n° 161/2015:

Certifica uma associação denominada "ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E AMIGOS DOS ALUNOS DE SANTA MARIA - APASTM". 117

Extracto de publicação de sociedade n° 162/2015:

Certifica um averbamento duma transmissão de quotas, referente à sociedade denominada "AURICABO – INDUSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA"..... 118

Extracto de publicação de sociedade n° 163/2015:

Certifica uma alteração do pacto social referente à sociedade denominada "CABO VERDE SPORT FISHING, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA". 118

Extracto de publicação de sociedade n° 164/2015:

Certifica um averbamento duma divisão e cessão de quotas referente à sociedade denominada "LISSAL, LIMITADA". 118

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA:

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária:

Deliberação nº 086/2014:

Autorizando a inscrição da empresa “SPL, LDA”, para o exercício da actividade de construção nas especialidades que indica. 118

Deliberação nº 077/2015:

Concedendo ao Octávio Ulisses Lopes Barreto, autorização para a execução de trabalhos enquadráveis nas subcategorias, que indica. 118

Deliberação nº 082/2015:

Concedendo à empresa “MENDES EMPREENDIMENTOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita na classe que indica. 119

Deliberação nº 085/2015:

Concedendo à empresa “ILHA DESIGN, LDA”, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita na classe que indica. 119

ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.:

Mesa da Assembleia-geral:

Convocatória nº 7/2015:

Convoca os accionistas da ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., para se reunirem em assembleia-geral ordinária, no dia 21 de Abril de 2015. 119

PARTE J

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia

Extracto de publicação de associação nº 158/2015:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9.º, da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO CENTRO DE KARATÉ DA PRAIA – CKP”, com sede em Vila Nova, Cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de vinte mil escudos, tendo por finalidade principal:

Dirigir, promover, incentivar e regulamentar a prática do karaté em todo a Cidade da Praia.

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Zarine Pereira Barros.

Vice-presidente: Lizita Monteiro Sena.

Secretario: José Rui Mendes Semedo.

DIRECÇÃO:

Presidente Moisés Pina Barros.

Vice-presidente: Sedecias Pereira Barros.

Secretaria: Dulce Helena Rodrigues.

Tesoureira: Clotilde Pereira Furtado.

Vogal: Adilson Mendes Cardoso.

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Nazaré Barros.

Vice-presidente: Edna Sanches Barros.

Secretaria: Paula Monteiro Barros.

CONSELHO TECNICO:

Presidente: José António Vaz Mendes Brazão.

Vice-presidente: João Carvalho Correia.

Secretário: Victor Marques.

Vogal 1: Domingos Lopes Brito.

Vogal 2: José António Moreno Tavares.

Duração do mandato: 2 (dois) anos.

FORMA DE OBRIGAR: Com assinatura do Presidente e do Tesoureiro.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 18 de Março de 2015. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Extracto de publicação de associação nº 159/2015:

A CONSERVADORA: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo e nos termos do disposto na alínea *b*) do número 1 do artigo 9.º, da Lei nº 25/VI/2003, de 21 de Julho, foi constituída uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL

EUROPEIA EM CABO VERDE”, abreviadamente “AEECV”, com sede em Tira-Chápeu, cidade da Praia, de duração indeterminada, com o património inicial de cem mil escudos, tendo por finalidade principal:

- a) Actuar como interlocutor sobre aspectos de interesse comum, junto da Administração central, local e demais instituições de natureza pública ou privada;
- b) Coordenar, mediar, representar e defender os interesses comuns, em especial, económicos e empresariais dos associados;
- c) Promover a harmonização do ambiente de negócios em Cabo Verde apoiando a fortalecimento do papel do sector privado;
- d) Apoiar na promoção da competitividade, inovação e conhecimento, em parceria com diferentes actores, públicos e privados com responsabilidade nas referidas áreas;
- e) Contribuir para a dinamização e promoção de uma cultura industrial, tecnológica e científica junto do tecido empresarial de Cabo Verde;
- f) Contribuir para o alcance da co-responsabilidade efectiva de todos actores, relativamente aos desafios de crescimento económico, estabilidade do ambiente de negócios, competitividade e atracção de investimento externo;
- g) Contribuir, para a implementação dos objectivos definidos entre a República de Cabo Verde e a União Europeia, nas suas relações políticas, económicas e de cooperação internacional e em especial no quadro da parceria especial e Acordo ACP;
- h) Apoiar, em parceria com entidades públicas, na definição de políticas no domínio económico, industrial, comercial e noutros sectores de interesse comum dos associados;
- i) Denunciar casos e situações de desrespeito de acordos assinados entre a República de Cabo Verde e a União Europeia, no domínio da cooperação económica e empresarial, violação das leis e das normas internacionais no domínio do comércio internacional e dos princípios de reciprocidade, livre comércio e igualdade de tratamento;
- j) Contribuir, em especial, para a eliminação de todas as formas de barreiras políticas, administrativas e económicas ao desenvolvimento empresarial e crescimento económico, conciliando o desenvolvimento sustentável, a redução pobreza e respeito pelos Direitos Humanos;
- k) Promover a informação, e dar suporte às novas empresas europeias criadas ou internacionalizadas no território cabo-verdiano;
- l) Atrair investimento europeu e apoiar o intercâmbio de empresas europeias com empresas cabo-verdianas.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 12 de Dezembro de 2014. – A Conservadora, *Denísia Almeida da Graça*.

Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina

Extracto de publicação de sociedade nº 160/2015:

A CONSERVADORA: LIC. MARIA IVETE SANTOS
DA SILVA MARQUES

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento de alteração dos artigos 1º, 3º e 4º do pacto social, referente à sociedade comercial denominada, “JBO – Consultoria, Sociedade Unipessoal, Lda”, com sede social em Bolanha, freguesia e concelho de Santa Catarina,

matriculada na Conservatória dos Registos de Santa Catarina sob o número 262660407/1641620101110, de dez de Novembro de dois mil e dez, cujo capital social é de 1.000.000\$00 (um milhão mil escudos).

Alteração do pacto social:

Denominação: A sociedade passará a ser denominada, JBO – Consultoria, Contabilidade e Mediação de Seguros, Lda.

Objecto Social: Actividade de contabilidade e auditoria, consulta fiscal, de consultoria para os negócios e gestão, de auxiliares de seguros e fundos de pensões; Estudos de mercados e sondagens de opinião; Actividades das empresas de selecção e colação de pessoal, das empresas de trabalho temporário, outros fornecimentos de recursos humanos e actividades de serviços administrativos de apoio.

Aumento de capital social: Aumento de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), perfazendo um total de 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos escudos), totalmente realizado em dinheiro, correspondente a soma das quotas distribuídas da seguinte forma:

Sócios e Quotas:

- 1) José Jorge Borges Oliveira, solteiro, maior, residente em Assomada e contribuinte fiscal nº 119527090, com uma quota no valor nominal de 1000.000\$00 (um milhão de escudos), correspondente a 66,7% do capital social;
- 2) Celina Gomes Mendes, solteira, maior, residente em Assomada e contribuinte fiscal nº 119527, com uma quota no valor nominal de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), correspondente a 33,3% do capital social;

Está conforme o original.

Registado sob o nº 850/2015

Conservatória dos Registos de Santa Catarina, ao 17 de Março de 2015. – A Conservadora, *Maria Ivete Santos da Silva Marques*.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal

Extracto de publicação de associação nº 161/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número um do artigo nono da lei número vinte e cinco barra seis romano barra dois mil e três, de vinte e um de Julho, que foi constituída nesta Conservatória sob o nº 79/2013.01.10, uma associação sem fins lucrativos denominada “ASSOCIAÇÃO DE PAIS, ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO E AMIGOS DOS ALUNOS DE SANTA MARIA - APASTM” com sede na Cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, de duração por tempo indeterminado, com o património inicial de 100.000\$00 (cem mil escudos), que tem por fim principal o controlo das actividades escolares e necessidades dos alunos de Santa Maria, palha Verde e Fátima, nomeadamente:

- a) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para que os pais e encarregadas de educação possam cumprir integralmente a sua missão de educadores;
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado da personalidade do aluno;
- c) Propugnar por uma política de ensino que respeite e promova os valores fundamentais da pessoa humana.

A associação é representada perante terceiros pelo Presidente da Direcção.

Conta nº 75/2013

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 25 de Janeiro 2013. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

Extracto de publicação de sociedade n.º 162/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento dum transmissão de quotas, referente à sociedade denominada “AURICABO – INDÚSTRIA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 2182/2010.03.24 que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 4.º

(Capital social)

O capital é de 500.000\$00 (quinhentos mil escudos), realizado em dinheiro, representado pelas seguintes quotas:

Sócios e quotas:

- a) Uma quota no valor de 225.000\$00, correspondente a 45% do capital social pertencente a Fernando Verdasca Boaventura;
- b) Uma quota no valor de 25.000\$00, correspondente a 05% do capital social pertencente a João José Parente Videira Fernandes,
- c) - Uma quota no valor de 25.000\$00, correspondente a 05% do capital social pertencente a Amílcar Neves da Silva;
- d) Uma quota no valor de 225.000\$00, correspondente a 45% do capital social pertencente a Ana Cristina Marques Gonçalves Ribeiro, Ana Marina Gonçalves Ribeiro e Júlio Miguel Gonçalves Ribeiro.

Conta n.º 771/2013

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 22 de Agosto de 2013. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*

Extracto de publicação de sociedade n.º 163/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que a presente fotocópia composta de uma folha está conforme o original na qual foi feita uma alteração do pacto social referente à sociedade denominada “CABO VERDE SPORT FISHING, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”, matriculada na Casa do Cidadão, Sala sob o n.º 23010.2013.07.16, ficando com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

Objecto social

1. Actividades desportivas como a pesca desportiva;
2. Actividades dos operadores turísticos;
3. Importação

Conta n.º 645/2014

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 27 de Junho de 2014. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*

Extracto de publicação de sociedade n.º 164/2015:

A CONSERVADORA, FRANCISCA TEODORA LOPES.

EXTRACTO

Certifico, para efeito de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, encontra-se exarado um averbamento dum divisão e cessão de quotas referente à sociedade denominada “LISSAL, LIMITADA – Sociedade por quotas de responsabilidade limitada”, matriculada nesta Conservatória sob o n.º 418/01.01.25.

Em consequência o artigo 4.º dos estatutos passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 4.º

(Capital)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cinco milhões e oitocentos mil escudos e correspondente à soma de três quotas, uma de dois milhões e novecentos mil escudos correspondente a 50% da sociedade pertencente ao sócio Carlos Manuel Gomes da Silva Figueiredo, uma outra quota de dois milhões e trinta mil escudos correspondente a 35% da sociedade pertencente ao sócio Pedro Jorge Correia Rodrigues e uma outra quota de oitocentos e setenta mil escudos correspondente a 15% da sociedade pertencente a Teresa Paula Marques de Sousa.

Conta n.º 774/2014.

Conservatória dos Registos da Região de Primeira Classe do Sal, aos 11 de Dezembro de 2014. – A Conservadora, *Francisca Teodora Lopes*.

—o§o—

MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS E ECONOMIA MARÍTIMA

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária

DELIBERAÇÃO N.º 086/2014

A Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária (CAECI) deliberou na sua sessão ordinária de 5 de Setembro de 2014, autorizar a inscrição da empresa “SPL, LDA”, com sede social na Cidade da Praia, e registo comercial n.º 2512020140320 - Praia, representada pelo sócio gerente, Pedro Gregório Dias Correia Lopes, residente na Cidade da Praia, para o exercício da actividade de construção, previsto no artigo 26.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 45/2010, de 11 de Outubro, nas especialidades a seguir indicadas:

- Consultoria de estudos técnicos e de projectos de engenharia; e
- Fiscalização de obras.

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão do competente certificado de registo.

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária, na Praia, aos 5 de Setembro de 2014. – O Presidente, *Adriano Ferreira Soares*.

DELIBERAÇÃO N.º 077/2015

A Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária (CAECI) deliberou, na sua sessão ordinária de 27 de Março de 2015, conceder ao Octávio Ulisses Lopes Barreto, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Graça, Concelho da Praia, residente na Cidade da Praia, Número de Identificação Fiscal, 102872996, autorização para a execução de trabalhos enquadráveis nas subcategorias, a seguir indicadas, até ao valor de 9.000.000\$00 (nove milhões de escudos):

- a) Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias;
- b) Estuques, pinturas e outros revestimentos;

- e) Canalizações e condutas em edifícios;
- g) Calcetamentos;
- h) Ajardinamentos;
- m) Pequenos trabalhos de betão armado, sob orientação técnica adequada;
- n) Armaduras para betão armado;
- o) Cofragens.

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão do competente título de registo.

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária, na Praia, aos 27 de Março de 2015. – O Presidente, *Adriano Ferreira Soares*.

DELIBERAÇÃO N.º 082/2015

A Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária (CAECI) deliberou, na sua sessão ordinária de 27 de Março de 2015, conceder à empresa “MENDES EMPREENDIMENTOS, SOCIEDADE UNIPessoAL, LDA”, com sede social em Achada Santo António, Cidade da Praia, e registo comercial n.º 10213/2009/08/27 - Praia, representada pelo sócio gerente, José Manuel Mendes, residente em Terra Branca, Cidade da Praia, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita nas seguintes especialidades e podendo executar obras até ao valor da classe indicada:

A- 1ª Categoria (Edifícios e património construído)

- 1ª Subcategoria (Estruturas e elementos de betão), na classe 1 (30.000 contos).
- 4ª Subcategoria (Alvenarias, rebocos e assentamentos de cantarias), na classe 1 (30.000 contos).
- 5ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos), na classe 1 (30.000 contos).
- 6ª Subcategoria (Carpintarias), na classe 1 (30.000 contos).
- 8ª Subcategoria (Canalizações e condutas em edifícios), na classe 1 (30.000 contos).

B- 2ª Categoria (Vias de comunicação, obras de urbanização e outras infra-estruturas).

- 6ª Subcategoria (Saneamento básico) na classe 1 (30.000 contos).
- 8ª Subcategoria (Calcetamentos) na classe 1 (30.000 contos).
- 9ª Subcategoria (Ajardinamentos) na classe 1 (30.000 contos).
- 10ª Subcategoria (Infra-estruturas de desportos e de lazer) na classe 1 (30.000 contos).

C- 5ª Categoria (Outros trabalhos)

- 1ª Subcategoria (Demolições), na classe 1 (30.000 contos).
- 2ª Subcategoria (Movimentação de terras), na classe 1 (30.000 contos).

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão do competente alvará.

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária, na Praia, aos 27 de Março de 2015. – O Presidente, *Adriano Ferreira Soares*.

DELIBERAÇÃO N.º 085/2015

A Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária (CAECI) deliberou, na sua sessão ordinária de 27 de Março de 2015, conceder à empresa “ILHA DESIGN, LDA”, com sede social em Palmarejo, Cidade da Praia, e registo comercial n.º 2724720141008 - Praia, representada pelo sócio gerente, José Eusébio da Cruz Correia, residente em Palmarejo, Cidade da Praia, autorização para exercer a actividade de empreiteiro ficando inscrita nas seguintes especialidades e podendo executar obras até ao valor da classe indicada:

A- 1ª Categoria (Edifícios e património construído)

- 1ª Subcategoria (Estruturas e elementos de betão), na classe 2 (50.000 contos).
- 2ª Subcategoria (Estruturas metálicas) na classe 2 (50.000 contos).
- 3ª Subcategoria (Estruturas de madeira) na classe 2 (50.000 contos).
- 4ª Subcategoria (Alvenarias, rebocos e assentamentos de cantarias) na classe 2 (50.000 contos)
- 5ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos) na classe 2 (50.000 contos).
- 6ª Subcategoria (Carpintarias) na classe 2 (50.000 contos).
- 7ª Subcategoria (Trabalhos em perfis não estruturais) na classe 2 (50.000 contos).
- 8ª Subcategoria (Canalizações e condutas em edifícios) na classe 2 (50.000 contos).
- 9ª Subcategoria (Instalações sem qualificação específica) na classe 2 (50.000 contos).
- 10ª Subcategoria (Restauro de bens imóveis histórico-artístico) na classe 2 (50.000 contos).

A presente deliberação só se torna eficaz com a emissão do competente alvará.

Comissão de Avaliação de Empresas da Construção e da Imobiliária, na Praia, aos 27 de Março de 2015. – O Presidente, *Adriano Ferreira Soares*.

o

ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Mesa da Assembleia-geral

Convocatória n.º 7/2015

Nos termos legais e estatutários, vem a Presidente da Mesa da Assembleia-Geral convocar os accionistas da ENACOL – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., para se reunirem em Assembleia-Geral Ordinária, no dia 21 de Abril de 2015, Terça-feira, pelas 09H30. na Sede da Empresa, no Largo John Miller, em Mindelo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciar e deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Comas de 2014, bem como o parecer do Conselho Fiscal, relativo ao mesmo exercício. e proceder à apreciação geral da Administração da Sociedade, nos termos do artigo 407º, número 1, alínea c) do Código de Empresas Comerciais;
2. Deliberar sobre a Aplicação dos Resultados de 2014;
3. Diversos.

Mindelo, 29 de Março de 2015

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, *Vanda Évora*



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.